



Chichorro

Fonte de reprodução
CAMÕES. Revista de Letras e Culturas Lusófonas
Instituto Camões. Portugal. Abril e junho de 1998, p.109.

EUCLIDES DA CUNHA E MÁRIO DE ANDRADE: A TRADIÇÃO EUROPÉIA NA NARRATIVA DA NAÇÃO BRASILEIRA*

Sandra Rocha¹
Universidade de Brasília

RESUMO: *Este artigo oferece uma abordagem sobre escritos de Euclides da Cunha e Mário de Andrade, que focaliza a tradição de continuidade em nosso modernismo – e não a de ruptura – com relação ao discurso hegemônico da literatura européia como uma referência para a literatura brasileira nos primeiros anos da República. A questão principal discutida é como esses autores lutam com a tradição européia em suas tentativas de construir o discurso/a narrativa da nação brasileira. Os escritos escolhidos para análise são cartas particulares.*

Palavras-chave: modernismo brasileiro, nação, tradição de continuidade.

ABSTRACT: *This paper offers an approach to writings of Euclides da Cunha and Mário de Andrade, focusing not on the tradition of rupture but on that of continuity within Brazilian modernism with regard to European hegemonic literary discourse as a reference for Brazilian literature in the first years of Republic. The main issue discussed is how these authors struggle with European tradition in their attempts to build the discourse/narrative of the Brazilian nation. The writings chosen for analysis are private letters.*

Keywords: brazilian modernism, nation, tradition of continuity.

Introdução

Ao apresentar uma leitura pós-moderna do modernismo brasileiro, Silviano Santiago (1989:94 e ss.) aponta para a necessidade de outras releituras que contemplem a relação do movimento com a tradição ocidental no que diz respeito à sua continuidade e não à sua ruptura, que foi como acabou se consagrando o Modernismo na interpretação da crítica. Na esteira dessa reflexão, vou focalizar neste artigo como o discurso da tradição ocidental atua tanto no pensamento de Euclides da Cunha como no de Mário de Andrade para a construção de uma nação brasileira que busca sua afirmação de forma titubeante, ora pela negação, ora pela afirmação de elementos da cultura ocidental e de seus paradigmas de funcionamento. Meu objetivo é mostrar, nos textos que irei analisar, que as relações desses autores com a tradição européia são atravessadas por uma visão de mundo eurocêntrica que orienta até mesmo o seu discurso de oposição à Europa e inexoravelmente os influencia em seus respectivos projetos de nação brasileira, muitas vezes por uma presença negativa. Os textos

* Recebido em novembro de 2004.

¹ Professora do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula

escolhidos foram a correspondência de Euclides da Cunha entre 1890 e 1900 e a de Mário de Andrade destinada a Carlos Drummond de Andrade, de 1924 a 1925.

1. Euclides e Mário: o compromisso com o projeto de uma nação

Refletir sobre a nação brasileira e sua idealização logo após o advento da República implica, naturalmente, dar uma atenção especial à manifestação do nacionalismo brasileiro por ocasião do estabelecimento do Estado moderno no Brasil. Se, a partir de 1960, conforme Benedict Anderson (2000:13), começamos a viver um tempo em que os nacionalismos vão adquirindo outras feições, cada vez mais ultrapassando as fronteiras do Estado, ou delas desvinculando-se, o que ele chama a crise² do hífen que, durante dois séculos, uniu o Estado à nação, é preciso lembrar, por outro lado, que, na passagem do século XIX para o século XX, não só no Brasil, mas na maior parte do mundo capitalista, a situação era totalmente outra, e a nação, base do sentimento nacionalista, andava de par com o Estado, constituindo-se o Estado-nação um dos fundamentos sobre o qual o sistema capitalista se desenvolvia já em ulteriores fases, em alguns casos, e emergia e se fixava, em outros. Naquele momento, o Estado-nação firmava-se como promessa de prosperidade, bem-estar e segurança, diante da desigualdade que as transformações econômicas de um capitalismo financeiro começavam a produzir em parte do Ocidente.

2 Anderson (2000:13) cita os movimentos inicialmente nacionais, como o dos direitos civis nos EUA; o feminista, de alcance transnacional; e nacionalismos 'regionais', como na Irlanda do Norte e Catalunha, que se insurgem contra Estados nacionais já fixados.

O Brasil, ao tornar-se um Estado soberano, adota o modelo liberal de Estado, irremediavelmente ligado, quanto a esse aspecto, aos modelos dos Estados nacionais europeus. Os intelectuais que vivem essa experiência inaugural de soberania deixam em seus textos o anseio por uma unidade espiritual (a nação) que corresponda à unidade política recentemente conquistada (Estado) – senão plenamente realizada³, ao menos formalmente estruturada. Nesse sentido, os trinta anos, aproximadamente, que separam os textos de Euclides e Mário (e que formam o objeto deste estudo) representam, ainda, o mesmo período de maturação das novas instituições políticas brasileiras e sua repercussão sobre os intelectuais empenhados na construção de um Brasil como identidade única e diferenciada no cenário internacional. Cada um no seu tempo, donos de personalidades em muito desiguais, Euclides da Cunha e Mário de Andrade pertencem a esse grupo de indivíduos que, nascidos do projeto liberal-burguês a implementar-se paulatinamente no país, abraçam a árdua responsabilidade de conseguir de tantos brasis um Brasil só – nacional, moderno. Profundamente comprometidos com o que entendem, cada um, ser a modernidade e o que deveria vir a ser a nação brasileira, ambos sofrem, em momentos diferentes, os efeitos de certo aprisionamento à cultura européia, que vão constituir discursos muito menos coesos que turbulentos, refletores de sua angústia na criação de uma civilização brasileira sob a sombra (e modelo) da civilização européia. A turbulência desses discursos, a contradição e angústia que

3 Lembrem-se as revoltas e dificuldades da República nos primeiros anos: a dos almirantes da esquadra no Rio de Janeiro, a Revolução Federalista no Sul, o evento de Canudos etc.

revelam, encontram sede especial em algumas cartas que formam o conjunto da correspondência pessoal publicada de Euclides e Mário.

Silviano Santiago (2002:11) define com precisão o movimento enunciativo que opera através das correspondências:

A carta traz em si o desejo de traduzir um *tête-à-tête* sombrio e límpido em que o espelho tanto é a caligrafia (...) na folha de papel em branco, quanto é o correspondente.

Minha leitura a seguir sobre as cartas de Euclides e Mário manifesta o interesse pelo que pode haver no reflexo desse espelho, a vontade de penetrar nas ondas que partem do sujeito objeto da reflexão, para saber um pouco mais sobre essa imagem cuja figuração aparentemente é controlada pelo remetente, mas cujo sentido é totalmente manipulável pelo destinatário. Entre um e outro, nós, leitores de hoje, bisbilhotando-lhes a intimidade, tentando capturar as ondas luminosas entre o objeto e os espelhos num dado momento: o do agitado nascimento de um Estado-nação.

2. Dois pedagogos da nação brasileira

A idéia de nação e nacionalismo é um fenômeno da modernidade, da mesma modernidade que, segundo Dussel (2003), nasce com o empreendimento europeu de colonização da Ameríndia, originado pela necessidade de expansão da economia européia, e culmina com a difusão do Capitalismo pelo mundo ocidental. De acordo com Gellner (2000:133), o desenvolvimento dos Estados nacionais ocorre com a formação das sociedades industriais, promovendo uma

neutralização e padronização de diferenças culturais internas às sociedades. Os conceitos de modernidade e de nação, assim, estão intimamente ligados, e algumas considerações sobre sua evolução podem ser importantes para compreender como Euclides da Cunha e Mário de Andrade vivem e expressam as tensões provenientes do desejo de construir a moderna nação brasileira – pleonasma talvez necessário no caso do Brasil.

Dussel (2003) desenvolve a tese de que a modernidade é um fenômeno próprio do sistema de centro-periferia decorrente do sucesso da Europa na empresa colonialista da Ameríndia e na administração de sua centralidade nesse sistema. Conseqüentemente, a modernidade seria decorrente de uma empresa de base mercantilista, a partir da qual se teria desenvolvido o eurocentrismo como paradigma fundamental do mundo moderno. Nesse sentido, para Dussel (2003), Américo Vespúcio teria sido propriamente o primeiro moderno, por ser o primeiro a expandir o horizonte do sistema afro-asiático-mediterrâneo enquanto sistema-mundo, incorporando a Ameríndia.

É assim que a Europa torna-se centro do sistema-mundo, com essa vantagem comparativa em relação aos mundos muçulmano, indiano e chinês (Dussel, 2003). Bhabha (1998:61) vincula igualmente a genealogia política e teórica da modernidade ao momento colonial. Gellner (*in* Breuilly, 2000:173) vincula a modernidade a uma idéia de modernização que implica uma mudança fundamental na divisão geral do trabalho, o que teria ocorrido com o fortalecimento da burguesia européia. Tanto em um caso quanto em outro, a modernidade está associada, de alguma forma, à expansão capitalista européia, que se intensificou, sem dúvida, com a formação dos Estados europeus. Em um dado momento, a territorialização como

critério de soberania para o Estado europeu foi fundamental para a dominação colonial e favoreceu o desenvolvimento de nacionalismos. Competindo entre si na empresa colonial, os Estados europeus conseguiam, cada um, a cristalização de uma identidade nacional que se apresentava relativamente homogênea ao *outro* colonizado e ao *outro* colonizador concorrente.

Como o Estado moderno surge sob a forma liberal, estabelecendo uma clara distinção entre público (Estado) e privado (sociedade), a ênfase passa a ser sobre membros da sociedade entendidos a partir de sua individualidade, e não a partir de seu pertencimento a grupos (castas etc.). A idéia de nação, assim, vincula-se à construção de um sentimento de cidadania que comprometa o indivíduo com o Estado, de forma a conciliar os interesses públicos de cidadãos com os interesses particulares dos indivíduos, fissura inerente ao Estado moderno (Breuilly, 2000:174). Nesse contexto, a cultura só pode surgir como alguma forma de padronização, pois o que interessa são os direitos políticos e não as identidades culturais. A configuração de uma nação vai contrastar, portanto, com a diferença cultural, que emergia das colônias ao mesmo tempo em que os discursos de civilidade definiam a emergência da modernidade ocidental (Bhabha, 1998: 61).

Se o Estado brasileiro espelha-se no modelo europeu, não é de admirar que Euclides e Mário, enquanto agentes de cultura e construtores do composto Estado-nação, sejam cidadãos comprometidos com o Estado e concebam a nação a partir de um lugar de cultura e erudição que implique necessariamente uma uniformização do heterogêneo nacional. Em Mário de Andrade isso se verifica, por exemplo, com o projeto de formação de uma língua culta brasileira, em que Mário se empenha:

Estou num país novo e na escuridão completa duma noite. Não estou fazendo regionalismo. Trata-se duma estilização *culta* da linguagem popular da roça como da cidade, do passado e do presente. É uma trabalhadora danada que tenho diante de mim.⁴

O comprometimento com o Estado realiza-se não só diretamente, por meio do vínculo ao serviço público, nada ocasional ou fortuito (Euclides, após **Os sertões**, atua como Superintendente das Obras Públicas de São Paulo, além de ter sido empossado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, órgão incumbido de construir oficialmente a memória do país; Mário, na consecução de seu projeto cultural para o Brasil, é nomeado Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo), mas igualmente de forma indireta, pela tessitura de um discurso pedagógico, nos termos de Bhabha (1998:209), para configurar a narrativa da nação brasileira. Sem dúvida, ambos estão inscritos no movimento de criar uma tradição brasileira, portanto, na pedagogia da nação, que é da ordem das iniciativas institucionais – seja do governo, seja dos meios de comunicação – e se cumpre em Euclides e Mário também pela participação no debate público e pelo posicionamento aberto e declarado sobre questões nacionais em jornais do país. Euclides colabora regularmente com o estado de São Paulo; Mário mantém intensa relação com a imprensa, escrevendo para diversos jornais do país. Coincidentemente, em alguns momentos da vida, trabalham para essa pedagogia nacional de dentro também de uma outra pedagogia mais estrita: Euclides ministra aulas de Astronomia, Física, Química; Mário dá aulas particulares de Estética da Música, História da Arte. São homens

4 Carta de 18/2/1925 (In: Frota, 2002:100).

envolvidos com o saber europeu e com os desafios de formular um saber brasileiro, mas um saber erudito e culto, apto a integrar o Brasil ao mundo das civilizações, cujo pressuposto é o universal europeu.

O eurocentrismo, de acordo com Dussel (2003), é um dos paradigmas da modernidade. Não há como ser moderno sem ser eurocêntrico. Nesse sentido, nada mais moderno do que as palavras de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade em 1925 – com a relação dos modelos da alta cultura européia, um a um:

Nós só seremos civilizados em relação às civilizações no dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. E então seremos egípcios, como os gregos, como os italianos da Renascença, como os alemães de 1750-1880, como os franceses do século 17, como os norte-americanos do século 20 etc.⁵

Euclides da Cunha, 30 anos antes, em 1895, em carta endereçada ao amigo João Luís, expressa raciocínio semelhante, ao comentar com o amigo a morte do Marechal Floriano Peixoto:

Devo dizer-te com sinceridade que ela me comoveu também e bastante. Quem lucrou e muito foi a nossa história: tem agora uma figura original e admirável que recorda Luís XI envolto na couraça guerreira de Turene.

O Brasil precisava ter seus heróis e com eles compor a rubrica da história brasileira, tal qual a história francesa tinha-se constituído com os seus. Naturalmente, há uma rejeição aberta à adoção do *conteúdo* dessas culturas (seus autores,

suas referências de passado não devem ser as nossas), mas as práticas culturais que as caracterizam permeiam os esforços tanto de Euclides quanto de Mário. O Brasil precisa de uma literatura nacional, de críticos esclarecidos, de músicos da terra, enfim, de todos esses caracteres que a cultura européia já desenvolvera. É preciso alçar o elemento regional ao nível de produto cultural civilizado. Não se copia o produto, portanto, mas o processo.

No contexto da grande guerra, Otto Bauer (2000:75) definiria a nação como uma vontade compartilhada em relação ao futuro, uma comunhão que atravessava as fronteiras de classe e formaria o caráter nacional, que estava destinado a ser, em alguma medida, o antídoto calmante das diferenças internas a um Estado. Para Otto Bauer (2000:45), esse sentimento podia reforçar-se, bem entendido, pela linguagem – embora não exclusivamente por esta –, mas principalmente por hábitos e instituições políticas comuns. O Estado-nação configurava-se, assim, como a possibilidade de uma unidade identitária entre membros de países no interior dos quais se disfarçava, sob o selo da nação, um universo de diferenças sociais e, muitas vezes, étnicas e religiosas. É nesse contexto de desenvolvimento e, simultaneamente, reflexão sobre os nacionalismos europeus, que se ambienta a primeira idade da República brasileira e sua missão civilizadora. A nação brasileira, porém, tem a grande responsabilidade de adquirir forma em uma realidade delineada, por um lado, pelos tropeços na tentativa de se estabelecerem instituições comuns, enfrentando diversos movimentos oposicionistas, e, por outro, pela fragilidade dos “hábitos comuns” entre os diversos segmentos sociais. Nesse primeiro momento, a nação brasileira não passa de uma abstração

5 Carta de 1924, sem data (In: Frota, 2002:71).

fundada na delimitação de um território e no desejo de alguns indivíduos; aparece como uma falta.

3. O paradigma eurocêntrico na nação de Euclides e Mário: cisão entre Estado e nação?

Partha Chatterjee (2000), em seu artigo *Comunidades imaginadas por quem?*, numa clara referência a Benedict Anderson e a seu conceito de nação como produto da imaginação de uma comunidade, e não de condições sociológicas, como língua, raça ou religião, faz alguns questionamentos sobre o fato de o nacionalismo ter sido tradicionalmente interpretado como um fenômeno da história política da Europa e exportado ao resto do mundo. De acordo com essa interpretação, inicialmente fortalecendo a empresa colonialista, por servir de base para a identidade européia frente aos seus *outros* colonizados, o nacionalismo teria, depois, sido assimilado pelas colônias, fornecendo-lhes o fundamento do desejo de independência do mundo pós-colonial, mas também a vontade da constituição de seus Estados modernos, exatamente nos moldes europeus – como se o desejo de tornar-se nação entre os povos colonizados fosse um produto gerado na mesma forma em que havia sido gerado o dos colonizadores. Chatterjee (2000:229) focaliza, sobretudo, o argumento de Anderson de que os nacionalismos desenvolvidos pela Europa Ocidental, América e Rússia teriam fornecido o modelo geral sobre o qual o nacionalismo do mundo pós-colonial viria a espelhar-se. Naturalmente, Chatterjee parte de sua compreensão da experiência nacionalista da Índia, mas uma parte de sua resposta à interpretação universalista de Anderson parece-me adequada para uma avaliação do caso brasileiro.

Em sua crítica às formas modelares de sociedade nacional disponibilizadas pelo ocidente moderno, Chatterjee (2000:230 e ss.) apresenta o fortalecimento de um nacionalismo anticolonial na Índia que nasce cindido, na lacuna do hífen do Estado-nação, entre dois campos de atuação: o interno, do domínio espiritual, mais propriamente o local de sedimentação da cultura nacional, e o externo, do domínio material e da política institucionalizada, onde o modelo europeu realmente fora vencedor. No campo interno, ocorreria a elaboração da nação por meio do retorno a antigas tradições indianas, do período pré-império britânico; no externo, a do Estado, por meio da adoção de instituições políticas consagradas pelo liberalismo europeu (república, parlamento etc.).

Resguardadas as diferenças no encaminhamento dessa experiência, que são muitas, creio que um ponto – a cisão do nacionalismo indiano em dois tipos, um que se torna soberano e nasce como sentimento genuinamente indiano, segundo palavras de Chatterjee, no campo espiritual, e outro totalmente dependente do modelo europeu, no âmbito da formação do Estado hindu – pode ser esclarecedor dos embates ideológicos no discurso de nossos intelectuais do início do século. Ao menos, também no Brasil o nacionalismo de inspiração européia desemboca nas instituições estatais, ou seja, no campo material, onde não existe para a colônia possibilidade de invenção ou movimentação mais particular, a não ser seguir o modelo tradicional de organização institucional. É assim que, no âmbito do Estado, a República representa um passo à frente em direção à modernidade brasileira, cultivando defensores extremados, dos quais o próprio Euclides da Cunha é um exemplo. No campo espiritual (o âmbito interno do nacionalismo para

Chatterjee), o nacionalismo brasileiro move-se sobre um solo movediço, não encontra as referências pelas quais anseia, desejando-as tão fortemente a ponto de inventá-las. Para isso, de um lado, nega conscientemente o que se disse ser nosso, e era europeu; por outro, afirma inconscientemente o modo europeu de configurar a cultura. Isso é apreensível a partir dos discursos dos nossos dois cidadãos-intelectuais, em suas cartas.

Diferentemente do que Chatterjee descreve com relação à Índia, no nível espiritual o nacionalismo brasileiro debate-se com a cultura européia, rejeitando-a em certos aspectos, porém assimilando-lhe a armadura, por assim dizer, em outros. Na cultura, o nacionalismo brasileiro vai tornando-se soberano à medida que vai criando seus produtos nacionais – o que ocorre por meio da inovação e da invenção de um passado, buscando no resultado uma uniformização por meio do alçamento do produto regional ao estatuto de produto cultural brasileiro (e urbano⁶). Essa invenção cria um passado, não opera pelo seu revigoramento, como na Índia. No Brasil, esses intelectuais têm um desejo de urbanidade e civilidade que contrasta com o material deixado à disposição pelo nosso passado. Dessa forma, o passado eclodirá na cultura como um elemento reinventado para tentar compor uma totalidade do presente, submetendo-se ao filtro da unidade política que cria o país – o Estado republicano brasileiro.

Laclau (1996:27) salienta o fato de que a construção de uma identidade acontece ao mesmo tempo em que se estabelece seu contexto. É assim que o processo de formação da identidade brasileira pauta-se, basicamente, pela busca de sua distinção no quadro dos Estados europeus. Os

intelectuais brasileiros, ao engendrarem a nação, fundam o contexto de sua constituição, que é a Europa, e não a relação com outras colônias, por exemplo. É o que se pode depreender da sublinearidade de seus discursos. Se a República brasileira corresponde à adoção do modelo de Estado moderno europeu – no âmbito externo e material, portanto, onde o nacionalismo europeu teria sido reconhecido como vitorioso pelas colônias, conforme Chatterjee –, no âmbito interno, da cultura, o nacionalismo brasileiro debate-se na operação de dar à luz um país genuinamente brasileiro em terreno sulcado pela história européia.

Nas cartas de Euclides da Cunha, há sempre um certo comprometimento com a tradição européia, mesmo quando pela negação, em suas formulações do espírito nacional. Ao mencionar seus colegas de trabalho em São Paulo, funcionários da Secretaria de Obras Públicas, Euclides fornece uma fotografia com lentes pessoais dos elementos que, juntamente com ele, compõem a categoria do brasileiro mediano, figura essencial à sedimentação da nação:

Estou entre trogloditas que vestem sobrecasacas, usam cartola e lêem Stuart Mill e Spencer – com a agravante de usarem armas mais perigosas e cortantes que os machados de sílex ou rudes punhais de pedras lascadas. (...) Atravesso essa sociedade agitada numa abstração salvadora, cedendo automaticamente ao dever com a precisão de uma máquina moderna. Em compensação, a sociedade moderna – essa que nós também conhecemos, encontro-a no meu lar ampla, iluminada, vastíssima – limitada pelos quatro ângulos da minha estante.⁷

6 Não é por acaso que Macunaíma vem para a cidade.

7 Carta de 9/10/1895 (In: Galvão, 1997:87).

Em outra correspondência⁸, alguns meses depois, menciona a “sociedade mais nobre do sertão”, onde fora parar “deixando o seio impuro de uma velha capital em desordem”. A sociedade do sertão lhe parece mais nobre, quando comparada à de São Paulo. Isso não significa, porém, desprezo por sociedades modernas: a sua está na estante, não nas cidades brasileiras. São as cidades européias que habitam a casa de Euclides, por meio de sua literatura. Se há uma instituição moderna que se forma cunhando o Estado brasileiro, não há, por outro lado, um grupo coeso de indivíduos que lhe corresponda para imaginar uma comunidade a configurar-se como nação, lembrando aqui as comunidades imaginadas de Anderson. As figuras cidadinas que se desenham sobre as palavras de Euclides levam a pejorativa designação de homens das cavernas, reencarnados pela filosofia positivista; por outro lado, é no sertão que está o homem nobre. Como formar uma nação moderna conciliando esse material humano cindido pela proximidade e pelo afastamento da modernidade? A menção de Euclides a seus colegas e à sua biblioteca é marcada pelo embate com a tradição européia, ora pela negação, ora pela afirmação, consecutivamente, pois, obviamente, não há autores brasileiros modernos suficientes para “formar a vastíssima sociedade moderna” a que se refere. É a Europa que está no seu lar, louvada; é a Europa encarnada no colega ao lado, no trabalho, que é rechaçada por seu positivismo. Entre uma e outra, seu desejo de uma sociedade que o Brasil não é.

Esse desejo está também na primeira carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond – a

República, já com seus trinta e poucos anos. A geração da alma brasileira será o objeto em torno do qual Mário alicerçará a conversão de Carlos Drummond de Andrade à sua crença na criação do Brasil:

Carlos, devote-se ao Brasil, junto comigo. (...) Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e que por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil⁹.

Mário precisa de adeptos a seu projeto de dar forma ao país que, aos seus olhos, ainda nos anos 20, era “este monstro mole e indeciso”¹⁰. Assim como em Euclides, o fantasma da civilização européia ainda ronda o obstinado discurso pedagógico de Mário para Carlos, discípulo e futuro cúmplice em seu projeto de Brasil. Nesta mesma carta, em guerreada campanha contra Anatole France, Mário adverte-o:

Veja bem, eu não ataco nem nego a erudição e a civilização, como fez o Osvaldo num momento de erro, ao contrário, respeito-as¹¹.

Mais tarde, já firmada a amizade e convertido o amigo, Mário brinca com Carlos, consolando-o num momento de dificuldades pessoais:

Não leia França uns meses (depois pode voltar, não tenho preconceito contra a França, não imagine)¹².

9 Carta de 10/11/1924 (In: Frota, 2002:51).

10 Carta de 10/11/1924 (In: Frota, 2002:51).

11 Carta de 10/11/1924 (In: Frota, 2002:48).

12 Carta de 1925, sem data (In: Frota, 2002:113).

Em outra ocasião, avaliando versos de Carlos, fala de sua própria relação com a tradição:

Você ainda é muito civilizado antes-da-guerra, para cair de chofre no primitivismo deste século 20, que provocou o lirismo de certos alemães, russos e franceses atuais. Isso é natural. Estou me lembrando daquela frase que escrevi no prefácio da *Paulicéia*: 'Ninguém se liberta duma vez das teorias avós que bebeu'. Comigo se deu a mesma coisa. *Paulicéia* é uma mistura de simbolismo até parnasianismo, e modernismo que ninguém aqui percebeu porque, Deus dos justos! os críticos de poesia do Brasil...¹³

Mário tem a consciência e as palavras responsáveis de admitir que o desvínculo com a cultura européia é questão de trabalho, de esforço, de luta contra uma memória quase transformada em sensação junto à elite letrada nacional, à qual ele pertence, uma memória descontrolada que Mário tenta a todo custo administrar. Silvano Santiago (2002:19), em sua Introdução à correspondência de Mário e Carlos, apresenta a crítica modernista brasileira ao eurocentrismo como uma influência mesma da própria Europa, por meio de suas vanguardas:

Abrasilizar o Brasil (...) Significa, em seguida, voltar à lição recebida da vanguarda européia, buscando agora não mais a modernidade técnica dos futuristas, mas um ponto de apoio no questionamento dos padrões eurocêntricos de arte, que dadaístas e surrealistas colocam em prática.

É a essa tarefa que se aplica a forte

personalidade de Mário, racionalizadora e auto-investigativa, que aparentemente gerencia as dificuldades com a ancestralidade européia de forma mais consciente do que Euclides, no fim do século XIX. Mário de Andrade provavelmente problematizaria "a vastíssima sociedade moderna" na estante de Euclides. Essa memória, enquanto arquivo transmitido por uma herança naturalizada, é objeto de questionamentos seus diversos. Referindo-se às críticas de insinceridade e orgulho que recebe de amigos por tentar abrigar o Português, retoricamente discute consigo mesmo, na missiva destinada ao amigo:

Quanto à insinceridade... o julgamento deles ainda é mais leviano nesse ponto. O que é ser sincero? É obedecer a uma naturalidade física ou a uma realidade intelectual que a gente adquiriu? Ser lógico consigo mesmo é ser lógico com o costume adquirido ou com a consciência?¹⁴

O costume adquirido, assim como a realidade intelectual, são a língua de Portugal, que ele renega. Entretanto, heroicamente se dedica a forjar uma língua nacional, uma língua culta do Brasil, num movimento de padronização cultural semelhante ao operado pelos Estados nacionais europeus sobre suas realidades lingüísticas heterogêneas. A missão que Mário de Andrade se atribui é a de tecer uma rede, criar vínculos de reconhecimento pela língua entre presente, passado, cidade e interior; fornecer uma estrutura necessária ao surgimento de uma comunidade que possa se imaginar como nação.

13 Carta de 1924, sem data (In: Frota, 2002:72).

14 Carta de 23/8/1925 (In: Frota, 2002:137).

Muito antes, Euclides da Cunha manifestara, ele próprio, em seus díspares movimentos identitários, a ausência desse elemento apto a homogeneizar-se em nação, de cuja representação lingüística Mário se encarregará. Numa mesma carta, Euclides deixa antever o lugar indefinível de onde fala, sentindo-se desejoso de ir

por estes sertões desertos e vastos de nossa terra, distraíndo-me na convivência simples e feliz dos bugres.

E, simultaneamente, ansioso por ir à Europa:

Se o meu velho for, agora como intenta, à Europa, irei com ele; eu sinto necessidade de abandonar por algum tempo o meio civilizado da nossa terra: assim ou aspiro os sertões desertos ou as grandes capitais estrangeiras.¹⁵

O lugar urbano de onde fala Euclides parece não contemplar uma determinação homogênea satisfatória. Quanto a isso, tanto o sertão quanto uma grande capital estrangeira aparecem como determinações mais sólidas, aptas a satisfazerem sua necessidade de identificação; como unidades formadoras do espírito mais palpáveis, como se o “meio civilizado de nossa terra”, no qual ele, três anos depois, dirá “ter-se sentido exilado”¹⁶, não oferecesse a consistência dos sertões desertos ou das grandes capitais estrangeiras. Nessa época, 1892, Euclides está na capital, no Rio de Janeiro, onde os navios franceses abarrotam de novidades o porto e onde os negros

amontoam-se em cortiços no centro – a capital que carrega o peso de um passado recente de escravidão, e abriga o berço urbano do presente sonhado.

No final de 1893, sentimentos totalmente contraditórios em relação à Europa, em menos de um mês, são enviados nas missivas a Porchat. Primeiro, dirá em novembro:

Felizmente – o meu pai pretende seguir comigo em março para a Europa e lá, graças à minha índole de fetichista, doido pelos modernos prodígios da civilização, talvez eu me esqueça um pouco do triste rebaixamento em que caiu esta nossa pátria¹⁷.

Depois, em 15 de dezembro, mandará para o mesmo amigo um verdadeiro desabafo de ressentimento em relação às “potências estrangeiras”, “gentes pseudocivilizadas”, que exercem

o banditismo mais torpe roubando pátrias, saqueando os lares tranqüilos dos bárbaros na África e na Ásia¹⁸.

Por um lado, Euclides parece subitamente atacado por uma compreensão da ordem mundial que o leva, num átimo, a proteger-se sob o que ele mesmo admite já ter repudiado, uma espécie de “nativismo” (termo de Euclides). Entretanto, essa compreensão centra-se em fatos da história recente, obstando uma percepção maior sobre o mecanismo de dominação europeu e, portanto, não sendo suficiente para deslocar-lhe o paradigma eurocêntrico de reflexão. No mesmo discurso em que fulmina

15 Carta de 26/8/1892 (In: Galvão, 1997:37).

16 Carta de 28/4/1896 (In: Galvão, 1997:95).

17 Carta de 25/11/1893 (In: Galvão, 1997:52).

18 Carta de 15/12/1893 (In: Galvão, 1997:57).

os melhores exemplares do ocidente europeu (França, Inglaterra, Alemanha) – os que exercem nominalmente o banditismo –, Euclides, assumindo indistintamente a mesma postura superior do civilizador, irá perguntar:

Suporão esses países gastos e fúteis, com a sua civilização ridícula de bulevares repletos de boêmios infecundos e desprezíveis, que somos nós uma variedade qualquer dos bôeres ou dos Calibas?¹⁹

Deslize único em “qualquer”, mas suficiente para registrar um manifesto desprezo contra os “bôeres” ou contra os “Calibas”, a par da irrupção irada contra a civilização, agora considerada “ridícula”. A premissa é de filiação européia impecável. A África colonizada estaria a alguns degraus abaixo do Brasil. Dir-se-ia que o “nós” euclidiano, no plano das hierarquias ocidentais, fosse alçado à posição imediatamente inferior à da Europa, numa potencial condição positiva de *sub-colonizador*, contrastante ao máximo com sua veemente verve libertária.

Tecendo um panorama sobre as tensões sociais e a criação cultural da Primeira República, Nicolau Sevcenko (1999:22) afirma que o

dilema entre o impulso de colaborar para a composição de um acervo literário universal e o anseio de interferir na ordenação da sua comunidade de origem assinalou a crise de consciência maior desses intelectuais.

A personalidade de Euclides faz que ele viva esse dilema pendendo sempre mais para a

crítica contundente à situação política, para a intervenção política propriamente dita; Mário, por sua vez, fará política através da arte, da criação cultural deliberada. Em 1893, Euclides está preocupado com a vulnerabilidade das instituições republicanas ainda incipientes e com o desgoverno (“anarquia”) reinante. Dirá que

(...) a nossa situação é deplorável e perigosa, vamos atravessar longos e sombrios dias de anarquia sem nome, até que o espírito nacional duramente provado faça com que a nossa Pátria volte para a comunhão dos povos como o filho pródigo – educada pelas desgraças...²⁰

A “comunhão dos povos” remete ao panteão dos modernos Estados europeus e suas instituições alicerçadas em sua promessa de democracia e de outros valores universais, com os quais a nação brasileira deve comungar. A *comunhão dos povos* de Euclides encontra seu símile na expressão *harmonia da civilização*, em correspondência de Mário enviada a Carlos Drummond em 1924, em que trata da inserção do país no mundo:

De que maneira nós podemos concorrer para a grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isto já está na civilização. O nosso contingente tem de ser brasileiro.(...) ao menos se não formos nós já completamente brasileiros, as outras gerações que virão, paulatinamente desenvolvendo o nosso trabalho, hão de levar enfim esta terra à civilização. (...) Quando realizarmos o nosso

19 Carta de 15/12/1893 (In: Galvão, 1997:57).

20 Carta de 21/4/1893 (In: Galvão, 1997:46).

acorde, então seremos usados na harmonia da civilização.²¹

Citando Octávio Paz, Silvano Santiago (1989:101 e ss.) salienta que o tempo da modernidade é o futuro, o tempo messiânico. O poeta moderno, ao fincar o pé no presente, no fundo o menospreza, almejando, na verdade, o futuro. Segundo Paz, o tempo vitorioso no discurso moderno é o 'futuro colonizado', que se desenvolve apoiado na realização do futuro. Nesse sentido, o poeta moderno não consegue acolhida no seu tempo histórico, ele é um religioso, diz Silvano retomando Paz. Em Euclides da Cunha, isso avulta de sua relação com a República, quase uma entidade. Na verdade, esta chega mesmo a adquirir traços de divindade, "a República é imortal"²², em cuja fé encontra-se totalmente imerso:

Vejo nessa situação dolorosa um meio eficaz para ser provada a fé republicana. Não achas que ela resistirá brilhantemente? (...) Eu creio sinceramente que sim²³.

Essa fé na República em muito se assemelha ao espírito religioso de Mário. Certa religiosidade é verificável em diversas passagens da sua elaboração modernista – como nas já citadas, que reafirmam, no presente, sempre a construção de um futuro onde alguma completude da nação *brasilis* será alcançada –, e é por ele propalada. É assim que convoca os escritores mineiros:

É preciso que vocês se ajuntem a nós ou com este delírio religioso que é meu, do Osvaldo, de Tarsila ou com a clara serenidade e deliciosa flexibilidade do pessoal do Rio, Graça, Ronald.²⁴

Ou ainda:

Nada de esperar a graça divina de braços cruzados. Nada de dizer: se um dia eu for nacional, serei nacional. A graça divina depende da nossa cooperação, dizem os tratadistas católicos.²⁵

O tom é jocoso, não há dúvida; logo adiante, entretanto, será bastante sério em outra carta:

Minha arte aparente é antes de mais nada uma pregação²⁶.

Conclusão: o *outro* europeu nas cartas Euclides da Cunha e Mário de Andrade foram, acima de tudo, homens do seu tempo, ambos influenciados por um processo de auto-avaliação que atinge o Ocidente desde o Romantismo. Conforme Borheim (*in* Borheim et alii, 1987:28), o romantismo alemão, ao apontar para a possibilidade de uma origem do Ocidente às margens do Ganges, retira a primeira pedra nessa imensa construção que é a tradição ocidental. Há uma busca do Ocidente por outros focos de origem, outras identidades, fora do ocidente europeu.

21 Carta de 1924, sem data (In: Frota, 2002:70).

22 Cartas de 10/4/1897 e 23/7/1897 (In: Galvão, 1997:105;106, respectivamente).

23 Carta de 14/3/1897 (In: Galvão, 1997:104).

24 Carta de 1924, sem data (In: Frota, 2002:51-52).

25 Carta de 1924, sem data (In: Frota, 2002:71).

26 Carta de 18/2/1925 (In: Frota, 2002:103).

Não se trata, porém, de tentar encontrar em autores do início do século XX efeitos de crises de identidade que, se têm suas origens no século XIX, apenas se intensificaram de fato a partir da II Guerra Mundial, atingindo, naturalmente, também o Brasil. Por outro lado, não se pode manter uma leitura do Modernismo que o considere apenas como ruptura com a tradição européia. No caso de Euclides e Mário, nas cartas selecionadas, percebe-se claramente que a ruptura é apenas a face manifesta de um movimento cuja face oculta mostra traços europeus.

Ainda em meados dos anos 90, antes de sua morte, Darcy Ribeiro mencionava a incompletude de nossa identidade nacional, lembrando que a uniformidade cultural e a unidade nacional teriam sido construídas por meio de um violento processo de supressão de diferenças étnicas discrepantes e de uma profunda estratificação de classes. É possível, porém, que Darcy Ribeiro também resvale aí no paradigma eurocêntrico de unidade nacional, sustentável somente a partir da premissa falsa de uma nação perfeitamente uníssona e estável no tempo e no espaço – o sonho de Euclides e de Mário, que talvez o século XX já tenha enterrado. A esse propósito, Bresciane (2001:404) questiona, com propriedade:

Teriam as construções identitárias de outros países força simbólica mais duradoura, não exigindo seu continuado refazer sempre que uma crise ou ameaça, efetiva ou imaginária, apresentasse-se? [sic]

A questão encontra resposta solidária na formulação de Bhabha de nação como uma narrativa que se refaz cotidianamente, portanto, dentro de um tempo transitório e de um espaço provisório. Bhabha

(1998:207) aponta para uma cisão na produção da nação como uma narração, entre a temporalidade continuísta, da ordem da construção pedagógica, e a estratégia repetitiva, da ordem da estratégia performática que mantém a narração.

A importância fundamental de Euclides da Cunha e Mário de Andrade, no meu entendimento, está na produção de um discurso pedagógico que se forma já sob a inscrição do conflito com as diferenças culturais internas do país. A nação que eles narram é uma nação que precisa confrontar-se de imediato com o problema da descontinuidade, das diferenças, e com a heterogeneidade, em que um dos *outros* é a tradição européia. Tentei mostrar, nas cartas lidas, que o *outro* europeu teve lugar privilegiado em alguns momentos de suas formulações e vivências, desempenhando o papel quase que de um fantasma, o traço de uma memória teimosa que se quer negar, mas que irrompe descontrolada. Na realidade, ao tentar construir a narrativa da nação brasileira, lutam contra as leituras já feitas, os modelos internalizados, e nisso são raros valentes, pois seu desejo de Brasil os leva a tentar escrever o que ainda não está escrito.

Como uma compreensão menos superficial acerca de um autor não pode ser alcançada apenas pela leitura de escritos parciais, seja sua correspondência pessoal, seja qualquer outro texto tomado isoladamente, quero registrar, finalmente, as palavras de Janjão, personagem do Banquete, de Mário, cuja publicação em jornal é interrompida com a morte do autor em 1945. Vinte anos após as cartas de 1924 e 1925 a Carlos Drummond, delineando uma vez mais a proeminência de seu raciocínio perspicaz sobre seu tempo, Mário de Andrade inaugurará, ele próprio, uma leitura do Modernismo enquanto continuidade da tradição ocidental:

O engraçado é que os que chamaram aos modernistas de ‘destruidores’ assim como os modernistas que se imaginaram tais, todos se enganaram. Na verdade, embora destruindo cânones e escolas de arte, embora destruindo certa burrice da rigidez moral e intelectual, já inúteis, da burguesia, o que se fez foi sempre construção a serviço dessa mesma burguesia.²⁷

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: Balakrishnan, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7-22.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BHABA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 43-69, 198-238.

BORHEIM et alii. **Tradição/Contradição**. Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987.

BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. **Memória e (res) sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, 403-429.

BREULLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.155-184.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.227-238.

DUSSEL, Enrique. Beyond Eurocentrism. The World-System and the Limits of Modernity. In: JAMESON, Fredric, MIYOSHI, Masao (eds.). **The cultures of globalization**. Durham, London: Duke University Press, p.3-31.

FROTA, Lélia Coelho (org.). **Carlos & Mário. Correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade**. Apresentação e notas às cartas de Mário de Andrade: Carlos Drummond de Andrade; prefácio e notas às cartas de Carlos Drummond

de Andrade: Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002, p. 7-179.

GALVÃO, Walnice Nogueira & GALOTTI, Oswaldo (org. e ed.). **Correspondência de Euclides da Cunha** (*ativa*). São Paulo: Edusp, 1997, p. 9-122.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.107-184.

LACLAU, Ernesto. Universalism, particularism and the question of identity. In: **Emancipation(s)**. London: Verso, 1996, p.20-35.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 94-123.

_____. Prefácio. In: FROTA, Lélia Coelho (org.). **Carlos & Mário. Correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade**. Apresentação e notas às cartas de Mário de Andrade: Carlos Drummond de Andrade; prefácio e notas às cartas de Carlos Drummond de Andrade: Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.